



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

Estado de São Paulo

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

LEI Nº 3.921

De 19 de abril de 2013

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar acordo para parcelamento de dívida do Município de Orlândia para com o ORLANDIAPREV – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais do Município de Orlândia, e dá outras providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA, Estado de São Paulo, EXCELENTÍSSIMA SENHORA FLÁVIA MENDES GOMES, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA aprovou e ela sanciona, promulga e determina a publicação da seguinte Lei:

ARTIGO 1º. Fica autorizado o parcelamento do total de débitos oriundos das contribuições previdenciárias devidas pelo Município de Orlândia ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais do Município de Orlândia – ORLANDIAPREV - até a competência de outubro de 2012, em duzentos e quarenta prestações mensais, iguais e sucessivas.

ARTIGO 2º. Para atualização monetária do montante devido será utilizado, a partir do vencimento, o INPC – IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou aquele índice que porventura venha a o substituir, com aplicação de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados até a data da assinatura do Termo de Acordo de Parcelamento, observado o parágrafo único deste artigo.

§ único – Os valores remanescentes do Termo de Confissão e Parcelamento de Débitos Previdenciários firmado em 16 de janeiro de 2012 entre o Município e o ORLANDIAPREV serão atualizados pelo mesmo índice, aplicados ainda o mesmo percentual de juros, a partir da data de sua assinatura.

ARTIGO 3º. As parcelas serão atualizadas pelo INPC – IBGE ou aquele índice que porventura venha a o substituir e acrescidas de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de assinatura do Termo de Acordo de Parcelamento até a data do efetivo pagamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

Estado de São Paulo

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

ARTIGO 4º. Fica autorizado também o parcelamento de débitos oriundos das contribuições previdenciárias devidas pelo Município de Orlândia ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais do Município de Orlândia – ORLANDIAPREV – relativos às competências de novembro e dezembro de 2012, inclusive a contribuição incidente sobre o décimo terceiro salário, em sessenta prestações mensais, iguais e sucessivas.

§ 1º. Para apuração do montante devido, tomar-se-á por base o total devido, mês a mês, quando os valores serão atualizados pelo INPC – IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou aquele que porventura venha a substituir e acrescidos de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data do vencimento até a data do Termo de Acordo de Parcelamento.

§ 2º. As parcelas serão atualizadas pelo INPC – IBGE ou aquele que porventura venha a substituir e acrescidas de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de assinatura do Termo de Acordo de Parcelamento até a data do efetivo pagamento.

ARTIGO 5º. O vencimento da primeira parcela dos Termos de Acordo de Parcelamento tratados nos artigos 1º e 4º desta Lei dar-se-á, no máximo, até o último dia útil do mês subsequente ao de suas assinaturas.

ARTIGO 6º. O valor atualizado dos débitos que constituem objeto desta Lei será alocado na dívida fundada do Município.

ARTIGO 7º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento, suplementadas se necessário, na forma da legislação em vigor.

ARTIGO 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FLÁVIA MENDES GOMES

Prefeita Municipal

A. Vez
1626
20.04.13. pag. B4
Garcia



CÂMARA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

- CNPJ 52.396.363/0001/91 -

De: 3721113

OFICIO S/C Nº 098/13

ORLÂNDIA, 16 DE ABRIL DE 2.013

EXCELENTÍSSIMA SENHORA:-

Sirvo-me do presente para encaminhar à Vossa Excelência, Autógrafo nº 011/13, do Projeto de Lei nº 007/13, aprovado na Sessão Ordinária do dia 15 p.p.,

Sem outro particular, valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Luis Antônio de Abreu
Presidente

À EXCELENTÍSSIMA SENHORA
FLÁVIA MENDES GOMES
DD. PREFEITA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA
N E S T A



CÂMARA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

=====ESTADO DE SÃPAULO=====

AUTÓGRAFO Nº: 011/13

PROJETO DE LEI Nº: 007/13

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar acordo para parcelamento de dívida do Município de Orlândia para com o ORLANDIAPREV – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais do Município de Orlândia, e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Orlândia, na forma da lei aprova:

ARTIGO 1º. Fica autorizado o parcelamento do total de débitos oriundos das contribuições previdenciárias devidas pelo Município de Orlândia ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais do Município de Orlândia – ORLANDIAPREV - até a competência de outubro de 2012, em duzentos e quarenta prestações mensais, iguais e sucessivas.

ARTIGO 2º. Para atualização monetária do montante devido será utilizado, a partir do vencimento, o INPC – IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou aquele índice que porventura venha a o substituir, com aplicação de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados até a data da assinatura do Termo de Acordo de Parcelamento, observado o parágrafo único deste artigo.

§ único – Os valores remanescentes do Termo de Confissão e Parcelamento de Débitos Previdenciários firmado em 16 de janeiro de 2012 entre o Município e o ORLANDIAPREV serão atualizados pelo mesmo índice, aplicados ainda o mesmo percentual de juros, a partir da data de sua assinatura.



CÂMARA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

=====ESTADO DE SÃPAULO=====

AUTÓGRAFO Nº: 011/13

PROJETO DE LEI Nº: 007/13

ARTIGO 3º. As parcelas serão atualizadas pelo INPC – IBGE ou aquele índice que porventura venha a o substituir e acrescidas de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de assinatura do Termo de Acordo de Parcelamento até a data do efetivo pagamento.

ARTIGO 4º. Fica autorizado também o parcelamento de débitos oriundos das contribuições previdenciárias devidas pelo Município de Orlândia ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais do Município de Orlândia – ORLANDIAPREV – relativos às competências de novembro de dezembro de 2012, inclusive a contribuição incidente sobre o décimo terceiro salário, em sessenta prestações mensais, iguais e sucessivas.

§ 1º. Para apuração do montante devido, tomar-se-á por base o total devido, mês a mês, quando os valores serão atualizados pelo INPC – IBGE – índice Nacional de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou aquele que porventura venha a o substituir e acrescidos de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data do vencimento até a data do Termo Acordo de Parcelamento.

§ 2º. As parcelas serão atualizadas pelo INPC – IBGE ou aquele que porventura venha a o substituir e acrescidas de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de assinatura do Termo de Acordo de Parcelamento até a data do efetivo pagamento.

ARTIGO 5º. O vencimento da primeira parcela dos Termos de Acordo de Parcelamento tratados nos artigos 1º e 4º desta Lei dar-se-á, no máximo, até o último dia útil do mês subsequente ao de suas assinaturas.

ARTIGO 6º. O valor atualizado dos débitos que constituem objeto desta Lei será alocado na dívida fundada do Município.



CÂMARA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

=====ESTADO DE SÃPAULO=====

AUTÓGRAFO Nº: 011/13

PROJETO DE LEI Nº: 007/13

ARTIGO 7º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento, suplementadas se necessário, na forma da legislação em vigor.

ARTIGO 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orlândia, 15 de abril de 2.013

A handwritten signature in black ink.

Luis Antonio de Abreu
Presidente

A handwritten signature in black ink.

Gilson Moreira
1.º Secretário

A handwritten signature in black ink.

Luis Gustavo C. Zordan
2.º Secretário